



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA
POLO DE ARIQUEMES - RO**

**A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

LIETE FONSECA DE CARVALHO

**ARIQUEMES – RO
2012**

LIETE FONSECA DE CARVALHO

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Trabalho Monográfico apresentado
como requisito final para aprovação
na disciplina Trabalho de Conclusão
de Curso II do Curso de Licenciatura
em Educação Física do Programa
Pró-Licenciatura da Universidade de
Brasília –
Polo Ariquemes – RO .

Orientador(a): Osvaldo Homero
Garcia

ARIQUEMES – RO
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

LIETE FONSECA DE CARVALHO

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Trabalho Monográfico defendido e aprovado como requisito final para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II e no Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília – Polo Ariquemes – RO.

Ariquemes – RO _____ de _____ de 2012

Conceito Final após defesa _____

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus, meus familiares, meus filhos e esposo, pela força acreditando na concretização desse sonho.

Dedico também aos colabores da escola pesquisada, meus tutores e meu orientador, que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por der-me a graça de conseguir chegar até aqui.

Aos meus familiares por compreenderem as minhas horas dedicadas a esse curso.

A todos os professores que passaram por minha vida no decorrer desses anos de estudos.

Obrigada!

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
1.1.Objetivo Geral.....	13
1.2. Objetivos Específicos.....	13
1.3. Hipótese.....	13
CAPITULO I.....	14
2.O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO.....	14
2.1.Deficiência Visual: A Cegueira e a Baixa Visão.....	17
2.2. A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência.....	18
CAPITULO II.....	19
3.PRINCIPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA....	19
3.1.Esportes Especificos e Adaptados.....	21
3.2.A Inclusão nas Aulas de Educação Física.....	23
4.METODOLOGIA.....	25
4.1.Cronograma de coletas de dados.....	26
5. APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	27
5.1.Questionário Aplicado aos Deficientes Visuais.....	27
5.2.Questionário Aplicado aos Professores.....	30
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
7. CONCLUSÃO.....	38
8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
9. ANEXO A.....	45
10.ANEXO B.....	46
11. ANEXO..... C.....	47
12 APÊNDICE A.....	50
13. APÊNDICE B.....	51

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico I	Pratica alguma atividade física fora da Escola	28
Gráfico II	Pratica de algum esporte adaptado	29
Gráfico III	O que você entende por pratica de atividade física	30
Gráfico IV	Preferencias de atividades esportivas	30
Gráfico V	Causa da sua deficiência visual se é hereditária ou adquirida	31
Gráfico VI	Se é feito o processo de inclusão adequado aos portadores de deficiência visual nas aulas de Educação Física	32
Gráfico VII	Se há materiais adequados para a prática de atividades físicas	32
Gráfico VIII	As avaliações são diferenciadas	33
Gráfico IX	Tipos de atividade são desenvolvidos com alunos na Educação Física	34
Gráfico X	Dentro de sala há colaboração e participação dos alunos para colaborar com os deficientes visuais	34

LISTA DE ABREVIATURA

SEMED – Secretaria Municipal de Educação
TCLE – Termo de Consentimento

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar de que forma a Educação Física Escolar inclui o aluno deficiente visual na atividade física no ensino fundamental do primeiro e segundo ciclo. A amostra foi constituída de 15 alunos e 04 professores de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes do estado de Rondônia. Para coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário elaborado para este estudo, composto por 10 questões fechadas, sendo 05 direcionados aos alunos e 05 aos professores. As análises das respostas foram feita de maneira descritiva a partir dos resultados estatísticos obtidos e comparados com a literatura. Sabe-se que a uma grande dificuldade para implantarmos a inclusão na Educação Física Escolar pela falta de especialização do docente na área de educação especial, o que deixa muitos profissionais com receio em trabalhar com deficientes de modo geral e não só o deficiente visual. Também se demonstra como o deficiente vê a sua inclusão junto ao meio em que convivem, suas limitações como deficiente, à atividade física escolar e o que gerou a perda de sua visão. Dessa forma, o presente estudo tem grande relevância para o meio acadêmico e educacional, pois além de instigar a reflexão oferece pistas para uma postura inclusiva, à sociedade a sua maior contribuição é no sentido de que oferece aos cidadãos portadores de necessidades especiais alternativas para adentrar os muros escolares e gozar dos benefícios que o processo educativo pode lhe oferecer.

Palavra chave: Deficiente visual, Educação Física Escolar, Inclusão Social.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a escola inclusiva vai muito além de oferecer estrutura física facilitando o acesso, e/ou a criação infinita de Leis que garantem direitos que quase sempre se esbarram na falta de preparo profissional e faltam de investimentos em materiais didáticos, e pior ainda, na falta de uma cultura inclusiva na sociedade.

Como tão bem salienta Aranha, 2004:

“Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizado para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados”.¹

A educação física é uma disciplina que, além de benefícios educacionais é área fértil para o trabalho de sociabilização e superação.

Diante esse cenário é que o presente estudo busca responder à indagação de como a Educação Física pode se fazer instrumento a promover a inclusão do deficiente visual?

Com tudo o objetivo desse trabalho é investigar de que forma a Educação Física Escolar inclui o aluno deficiente visual na atividade física no ensino fundamental do primeiro e segundo ciclo.

Diante de tanto desrespeito aos deficientes, está na hora de posições extremadas em defesa de seus direitos violados. Sendo a Educação Física um espaço social de comunicação social e de um exercício de cidadania.

Assim sendo, o propósito deste nada mais é que por em discussão, provocar a reflexão, sobre o tema e buscar evidenciar a Educação Física como instrumento de inclusão.

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a

¹ ALVES, Graziela. A Construção de Uma Escola Inclusiva, disponível no site <http://www.profala.com/arteducesp103.htm> acesso dia 10 de Dezembro de 2012.

inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a serem discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o aluno, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estando junto aos alunos da rede regular e produzir transformações.

O presente estudo “A INCLUSÃO DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA” aqui proposto se justifica pelo fato de que, embora, as leis garantam amplamente os direitos das pessoas com necessidades especiais, sobretudo contemplam largamente sobre o direito à educação, as escolas não se fazem inclusivas, seja pela falta de estrutura física, seja pela falta de recursos pedagógicos ou ainda pela falta de profissionais capacitados.

LIMA e DUARTE (2001, p. 21), argumentam que a inclusão pode ser vista como:

“um motivo que levará ao aprimoramento da capacitação profissional de professores, constituindo uma ferramenta para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem espaço para preconceitos, discriminações ou barreiras sociais”.

As aulas de Educação Física feitas de qualquer forma podem ser consideradas exclusivas, porque privilegiam um pequeno segmento da população estudantil, deixando de lado pessoas que realmente precisavam de motivação para pegar o gosto pela prática física. As normas da prática esportiva na rua funcionam neste sentido. Quando um grupo de crianças vai jogar alguma coisa, escolhem-se dois líderes que serão os responsáveis por selecionar as equipes. Pois bem, a Educação Física deve inverter essa máxima incluindo e incentivando a participação de todos, buscando para isso procedimentos que nivelem as habilidades individuais.

Assim sendo, o propósito deste nada mais é que por em discussão, provocar a reflexão, sobre o tema e buscar evidenciar a Educação Física como instrumento de inclusão.

Não podemos esquecer que o processo de inclusão é muito amplo para ser compreendido através de providências isoladas, são necessários esforços conjuntos, respaldo institucional e participação da sociedade civil.

A proposta da Pedagogia da Inclusão, amplamente desenvolvida pelos pedagogos e teóricos da educação brasileira, visa à superação da concepção tradicional ou positivista, vindo de encontro da promoção da verdadeira cidadania expressa pela Constituição Federal.

De longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadoras para ações que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar (FONSECA, 1987, p.33).

Com a terminologia Pedagogia da Inclusão pretende-se indicar o uso dos instrumentais da pedagogia com a finalidade não só de incluir fisicamente o educando no processo educacional, mas de estabelecer todo um ambiente e um clima de inclusão, culminando com uma verdadeira valorização daquele que é o protagonista e destinatário da prática pedagógica.

Segundo Pedrinelli (1994: p.69), a respeito da escola inclusiva diz que "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor". A autora coloca que o educador pode selecionar a atividade em função do comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual.

Pode-se ver que a Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (Duarte e Werner, 1995: p.9).

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação

docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

1.1. Objetivo Geral

- Investigar de que forma a Educação Física Escolar inclui o aluno deficiente visual na atividade física no ensino fundamental do primeiro e segundo ciclo.

1.2. Objetivos Específicos

- Contextualizar historicamente a deficiência visual, bem como sua fundamentação e a definição conceitual;
- Abordar a questão legislativa pertinente, destacando Decretos e Leis vigentes que abordam o assunto e a garantia da efetividade dos direitos constitucionais decorrentes;
- Apreciar se os direitos estão reconhecidos pela produção legislativa pátria e qual o alcance e a tradução na prática cotidiana desse rol de direitos adquiridos formalmente;
- Apontar a Educação Física como disciplina capaz de promover a inclusão;
- Evidenciar a Educação Física como disciplina e espaço privilegiado de práticas interativas e inclusivas.

1.3. Hipótese

- A Educação Física permite estabelecer metodologia adequada a ser colocada a serviço do educando, bem como da utilização da prática pedagógica, com atividades esportivas ou lúdicas;
- A Educação Física é um referencial pedagógico importante de inclusão, donde o educador tem a oportunidade de potencializar experiências capazes de desenvolver e despertar a confiança e a autoestima dos deficientes visuais;
- A Educação Física é um espaço social de comunicação social e de um exercício de cidadania,

CAPITULO I

2. O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu amparo para o exercício da cidadania. Esta definição encontra-se explicitada no Texto Constitucional.

A Constituição Federal de 1988 declara que a Educação deve se nortear por princípios pedagógicos democráticos, assim, literalmente:

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Assim sendo, não se deve conceber uma educação meramente formal, especialmente em relação aos deficientes visuais, pois esta não seria portadora da emancipação do deficiente visual, muito menos promotora da efetivação dos direitos humanos. Contudo, eis o magistério de Brandão (2002, p. 177):

O discurso pedagógico na sociedade brasileira, ao referir-se à cidadania o faz de modo reducionista, acrítico, onde se acentua a preparação da criança para o convívio social harmônico e legalmente convalidado. A tendência positivista que concebe tal harmonia ignora o momento atual que estamos vivendo na sociedade brasileira, de conflitos, relações fragmentadas pelas violações praticadas contra homens, mulheres e crianças de toda nação. Para que haja uma superação da forma estanque de pensar a cidadania, no âmbito educacional, é preciso reflexionar sobre a relação tradicional entre educação, cidadania, ética, autoridade e respeito em relação à integridade humana como construção social.

A proposta da Pedagogia da Inclusão, amplamente desenvolvida pelos pedagogos e teóricos da educação brasileira, visa à superação da concepção

tradicional ou positivista, vindo de encontro da promoção da verdadeira cidadania expressa pela Constituição Federal.

Com a terminologia Pedagogia da Inclusão pretende-se indicar o uso dos instrumentais da pedagogia com a finalidade não só de incluir fisicamente o educando no processo educacional, mas de estabelecer todo um ambiente e um clima de inclusão, culminando com uma verdadeira valorização daquele que é o protagonista e destinatário da prática pedagógica.

É, portanto, perfeitamente possível se falar numa educação inclusiva, cuja delimitação conceitual foi muito bem expressa por Stainback (1999, p. 21):

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

Cabe-nos, nesse ponto, evidenciar a relação entre a Educação Física como ambiente para a prática da Pedagogia da Inclusão dos deficientes visuais e explicitar que esta disciplina oferece um espaço privilegiado e emancipação e interação aos educandos afins.

Educação Física é uma expressão que surge no século XVIII. A adjetivação da palavra educação emerge inicialmente como uma visão fragmentada do homem. Somente após longo processo de maturação é que esta vai ganhar conotação pedagógica emancipatória.

Nesse contexto, é compreensível que a tradição educacional brasileira tenha situado, desde a primeira década do século passado, a Educação Física como uma atividade complementar e relativamente isolada nos currículos escolares, com objetivos no mais das vezes determinados de fora para dentro: treinamento pré-militar, eugenia, nacionalismo, preparação de atletas, etc. Essa concepção, superada por uma moderna visão da pedagogia, atingiu seus limites de esgotamento.

Ao mesmo tempo em que se observa uma profunda valorização interdisciplinar da Educação Física, verifica-se também a ascensão do que os professores Mauro Betti e Luiz Roberto Zuliani (2002) em artigo na Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, denominam de “cultura corporal de movimento” ou da cultura corporal e esportiva como um dos fenômenos mais importantes nos meios de comunicação de massa e na economia. Eis as considerações desses mestres:

O esporte, as ginásticas, a dança, as artes marciais, as práticas de aptidão física tornam-se, cada vez mais, produtos de consumo (mesmo que apenas como imagens) e objetos de conhecimento e informação amplamente divulgados ao grande público. Jornais, revistas, videogames, rádio e televisão difundem ideias sobre a cultura corporal de movimento. Há muitas produções dirigidas ao público adolescente. Crianças tomam contato precocemente com práticas corporais e esportivas do mundo adulto. Informações sobre a relação práticas corporais-saúde estão acessíveis em revistas femininas, jornais, noticiários e documentários de TV, nem sempre com o rigor técnico-científico que seria desejável. Não obstante isso, o estilo de vida gerado pelas novas condições socioeconômicas (urbanização descontrolada, consumismo, desemprego crescente, informatização e automatização do trabalho, deterioração dos espaços públicos de lazer, violência, poluição) leva um grande número de pessoas ao sedentarismo, à alimentação inadequada, ao estresse, etc. O crescente número de horas diante da televisão, especialmente por parte das crianças e adolescentes, diminui a atividade motora, leva ao abandono da cultura de jogos infantis e favorece a substituição da experiência de praticar esporte pela de assistir esporte (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 73-81).

Para além da “cultura corporal de movimento”, a Educação Física como instrumental a serviço da inclusão dos deficientes visuais deve levar em consideração aspectos fundamentais desses educandos, tais como a percepção de que há uma grande diversidade de atividades a serem desenvolvidas se adaptadas aos graus de deficiência, tais como, a perda visual gradual, baixa visão, etc. Assim, impende aos pedagogos a tarefa de trabalhar segundo a classificação da deficiência visual, potencializando ações e interações, utilizando-se de estratégias sem eliminar conteúdos.

Um dos aspectos mais graves da deficiência é o estereótipo que a acompanha: a pessoa real como que desaparece, o indivíduo passa a figurar no rol anônimo dos "deficientes". Em contraposição a este estado de coisas, está o verdadeiro anseio do deficiente, o de ser visto e tratado como uma pessoa capaz, normal, não como uma exceção incômoda a ser evitada e ocultada de todos; um sujeito da vida de relação, participante, atuante, e não um fardo social de quem se deve ter pena e prodigalizar caridade.

A Constituição Federal, ao proteger a pessoa com deficiência visual, parte do ponto de vista de que este não é um mero “objeto”, em linguagem popular “um coitado”. Mas, eleva-o à condição de ser humano capaz e de protagonista de suas relações. Este é o verdadeiro sentido da proteção constitucional, o de garantir as condições básicas de dignidade, respeito e participação social, evitando a rejeição e a discriminação.

De acordo com o dispositivo no artigo 1º, inciso II da Constituição Federal um dos principais fundamentos da Federação em parceria com os Estados e Municípios é a garantia do pleno exercício da cidadania, fundamento este que se estende ao portador de deficiência, portanto, à pessoa com deficiência visual.

Assim sendo, para se conhecer os direitos das pessoas com deficiência e as formas de proteger seus direitos são necessárias mergulhar nos conceitos da Constituição Federal, cujas proposições destinam-se a assegurar e efetivar os direitos de todos os cidadãos e cidadãs, especialmente daqueles que mais necessitam de proteção.

Para a realização completa dos valores de uma sociedade igualitária e justa, deve-se levar a cabo a efetivação dos direitos dos deficientes visuais. O artigo 3º da CF/88 elege os objetivos fundamentais da República:

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Com relação a esses objetivos pode-se constatar que se deve buscar a igualdade entre todos para que não ocorra a discriminação e sim a inclusão social de todos os cidadãos independentemente da sua condição oriunda de qualquer natureza.

Muito mais há o que se falar sobre a Constituição Federal e leis que versam sobre os direitos dos portadores de necessidades especiais, contudo dado ao caráter resumido do presente instrumento reserva-se para a efetivação da dissertação da pesquisa na forma de trabalho monográfico.

2.1. Deficiência Visual: a Cegueira e a Baixa Visão

É considerado cego ou de visão subnormal aquele que apresenta desde ausência total de visão até alguma percepção luminosa que possa determinar formas a curtíssima distância. Na medicina duas escalas oftalmológicas ajudam a estabelecer a existência de grupamentos de deficiências visuais: a acuidade

visual (ou seja, aquilo que se enxerga a determinada distância) e o campo visual (a amplitude da área alcançada pela visão). O termo deficiência visual não significa, necessariamente, total incapacidade para ver. Na verdade, sob deficiência visual poderemos encontrar pessoas com vários graus de visão residual.

Cada indivíduo pode apresentar maior ou menor facilidade para lidar com as perdas em sua vida, isto irá depender de vários fatores como, por exemplo, a sua faixa etária; a forma em que aconteceu tal mudança, se através de uma manifestação progressiva, se por um acometimento mais rápido, ou mesmo como resultado de um trauma ou acidente. Todos esses fatores influenciarão nas diferentes reações deste indivíduo, que poderá se revoltar e se fechar para o mundo ou adaptar-se à nova realidade, aprendendo outras formas de viver, através do contato com outros deficientes visuais. Essa troca de experiências será fundamental para uma boa adaptação.

2.2. A Inclusão Social das Pessoas com Deficiências

Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. E inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

Pode-se perceber que a inclusão social das pessoas com deficiência depende do seu reconhecimento como pessoas, que apresentam necessidades especiais geradoras de direitos específicos, cuja proteção e exercício dependem do cumprimento dos direitos humanos fundamentais.

Nesse sentido, a temática da inclusão social traz, como pressuposto, a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana, nos diferentes tipos de atividades e nas diversas redes de relacionamentos, “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (Werneck, 1998, p. 108).

CAPITULO II

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

A proposta a princípio lógica dos professores Mauro Betti e Luiz R. Zuliani parece relevante e apropriada aos deficientes visuais:

Princípio da inclusão

Os conteúdos e estratégias escolhidos devem sempre propiciar a inclusão de todos os alunos.

Princípio da diversidade

A escolha dos conteúdos deve, tanto quanto possível, incidir sobre a totalidade da cultura corporal de movimento, incluindo jogos, esporte, atividades rítmico-expressivas, dança e lutas/artes marciais, ginásticas e práticas de aptidão física e, com suas variações e combinações.

Princípio da complexidade

Os conteúdos devem adquirir complexidade crescente com o decorrer das séries, tanto do ponto de vista estritamente motor (habilidades básicas à combinação de habilidades, habilidades especializadas, etc.) como cognitivo (da simples informação à capacidade de análise, de crítica, etc.).

Princípio da adequação ao aluno

Em todas as fases do processo de ensino deve-se levar em conta as características, capacidades e interesses do aluno, nas perspectivas motora, afetiva, social e cognitiva (BETTI; ZULIANI, 2002, P. 73-81).

A metodologia a ser utilizada é ponto central na definição da melhor estratégia pedagógica da Educação Física Inclusiva. O título exemplificativo mencionou: para as três primeiras séries do Ensino Fundamental, uma metodologia de base lúdica e que favoreça a criatividade do aluno é a mais indicada. A partir daí, muitas outras estratégias podem ser mobilizadas, em virtude das características do conteúdo e dos objetivos específicos a atingir.

No Ensino Médio, deve-se dar ênfase à aquisição de conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento e facilitar a vivência de práticas corporais, levando em conta os interesses dos alunos. Contudo, a escolha de estratégias, bem como de conteúdos específicos, deve obedecer aos princípios metodológicos gerais afetos a essa disciplina acima delineados.

O profissional da educação ou professor que realiza trabalho com pessoas com deficiência visual, sejam cegos ou de baixa visão, deverá sempre estar atento para suprir as informações visuais. Ao aproximar-se ou afastar-se do grupo, deverá informar suas ações, sendo que com o tempo o grupo vai

sentindo maior segurança, dispensando-se, assim, informações mais detalhadas.

A ação pedagógica, nesse sentido, é orientada pelo cuidado e pela finalidade de estabelecer uma relação de segurança e de alteridade, onde mundos e relações se interagem. O ato educacional, na perspectiva da nova pedagogia, apresenta características afetivas e sociais, ambiente propício para a superação do medo e da dependência. A este respeito eis a contribuição de Winnick (2004, p. 184):

O medo e a dependência podem caracterizar algumas pessoas com deficiências visuais, independentemente da perda visual ser congênita ou adquirida. Essas características podem se desenvolver em decorrência da superproteção experimentada pelas pessoas cegas, e não da falta de visão. Essa superproteção costuma acarretar a redução do número de oportunidades para tais alunos explorarem o ambiente com liberdade, o que pode causar atrasos no desenvolvimento perceptivo, motor e cognitivo.

Numa aula de educação física, o professor deve estar atento à superação do medo e da dependência. Um educando com deficiência visual consegue realizar várias das mesmas atividades que seus colegas que enxergam, bastando que modificações simples sejam introduzidas, tais como mudar a cor da bola para um tom que tenha contraste mais forte com o plano de fundo, quando se tratar de deficiente de baixa visão.

Algumas iniciativas podem garantir a inclusão do deficiente visual, mesmo os que têm cegueira no grau mais severo, Winnick enumera-as:

- Colegas tutores ou voluntários treinados para ajudar a oferecer comandos cinestésicos e auditivos a alunos com deficiências visuais;
- Equipamento especializado, como bolas sonoras ou campainhas;
- Serviços de um professor assistente, instrutor de orientação e mobilidade, fisioterapeuta ou especialista em baixa visão, caso esse profissional seja necessário para incluir um aluno portador de deficiências múltiplas (inclusive deficiência visual) na educação física.

A questão da mobilidade e da possibilidade de deslocamento se configura numa barreira quase que intransponível aos deficientes visuais, sem mencionar o fato que nossa sociedade ocidental capitalista é caracterizada pela competitividade, pelo consumismo, por relações voláteis e pelo despreparo para inclusão das pessoas com deficiência. As cidades não são

² *Íden*,. p. 187.

projetadas de tal modo a propiciar a inclusão das pessoas com deficiência, apesar de a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 227,§ 2º, e 244 determinar que se deva ter: “adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física”.

A fim de compensar a falta de acessibilidade na escola e no ambiente de aula faz-se importante a orientação no deslocamento do aluno, especialmente do que está começando o processo de reabilitação ou adaptação após perder a visão. Além de orientar verbalmente, o professor deve sempre oferecer o seu braço ou seu ombro durante a caminhada, indicando pormenorizadamente os obstáculos e barreiras no trajeto.

Destaque-se que num primeiro momento o processo de informação verbal é muito importante, pois está associado aos movimentos do corpo do professor. Com o passar do tempo os movimentos serão associados aos obstáculos e as informações verbais passarão a ser menos importantes.

Com a Política Educacional de Inclusão faz-se necessário o acréscimo de programas específicos que venham atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência visual. Dentre esses programas destaca-se o de Orientação e Mobilidade, conhecimento indispensável para a conquista da autonomia e, conseqüentemente, a independência e inclusão do deficiente visual na escola e na sociedade (MOTA, 2012, *online*).

Caso o professor não tenha conhecimento sobre Orientação e Mobilidade (OM) deverá encaminhar o aluno para um profissional especializado.

3.1. Esportes Específicos e Adaptados

Eis alguns esportes, organizados e recomendados pela Associação Brasileira de Desportos para Cegos³, cuja prática levará os educandos a superarem a barreira da mobilidade, potencializando um processo cognitivo e a interação social. São exemplos de esportes adaptados: Atletismo, Natação, Judô, Futsal, Xadrez, etc.

Há ainda uma modalidade esportes denominados específicos, que são mais completos do ponto de vista do fornecimento de informações sonoras e

³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS. Disponível em: <http://www.abdcnet.com.br>. Acesso: 11 de dezembro de 2011.

táteis, visando à formação de referencial espacial dos praticantes. Citamos tais esportes: Goalball, Toarball e Showdown.

O Atletismo é composto por provas de campo, pista e rua. Trata-se da realização do programa convencional dessa modalidade, excetuando-se as provas com barreiras.

Uma das principais adaptações e propiciadora de uma interação com o grupo é a utilização de “corredores guias”⁴ em conjunto. O coordenador guia é um facilitador para educando cego ou com baixa visão. Assim, um aluno que enxerga pode ser guia de um deficiente visual, transmitindo-lhe confiança. Os guias fornecem informações espaciais de deslocamento, distância e direção, cuja orientação pode ser por palmas, ruídos ou mesmo pela verbalização.

Utilização da corda pode ser um instrumental interessante. Várias são as atividades a serem desenvolvidas, por exemplo, o uso de uma corda guia (de aproximadamente 50 cm), ligando o guia ao educando cego, sem, no entanto, puxá-lo ou empurrá-lo. Outra estratégia pode ser a formação de uma “linha guia” com duas cordas, em linha reta, e os educandos se deslocam entre elas. Pode-se ainda colocar a corda em linha reta e o aluno se desloca acompanhando-a segurando uma pequena corda amarrada à principal; etc (MOTA, 2012, *online*).

Como acima afirmado, os esportes específicos para os deficientes visuais proporcionam a percepção e o desenvolvimento do referencial teórico da espacialização. Edison Duarte (2008)⁵ discorre acerca de um desses esportes, a saber, o Goalball:

É o mais completo esporte para essa população, do ponto de vista das informações para a orientação espacial, já que ele oferece informações auditivas e táteis para a construção do espaço. A quadra é marcada em relevo e terá marcações que favoreçam o posicionamento dos alunos. A bola deverá, necessariamente, ser rolada pela quadra, pois ela possui guizos e, ao rolar, produzirá barulho, que dará as informações responsáveis pela dinâmica do jogo. A marcação da quadra será feita com a colocação de uma fita adesiva, o que permitirá que o aluno crie um mecanismo de localização através das marcas nas várias áreas da quadra.

⁴ O **guia** é um facilitador e orientador, poderá correr ao lado do aluno e ligado a este por uma corda entre as mãos, ou mão e braço ou ainda segurando na camisa do corredor com deficiência visual.

⁵DUARTE, E, TOYOSHIMA LIMA, S M. op.cit., (2008), p.29

A destarte das possibilidades de disposição acerca das regras do *Goalball* cabe, neste elaborado, explicitar as finalidades pedagógicas desta modalidade, quais sejam segundo DUARTE (2008, p 32):

- a realização do reconhecimento do espaço físico, pois podem os educando estar com ou sem calçados, para explorar a sensibilidade dos pés;
- a estimulação auditiva com a bola com guizo que produz barulho, visto que isto favorece a coordenação espacial;
- o deslocamento pela área de jogo em velocidades variada, pois as situações de defesa e ataque proporcionam tomadas de decisões, orientação, movimentação e mudança de direção.

3.2. A Inclusão nas Aulas De Educação Física

A inclusão é consequência de uma escola de qualidade, isto é uma escola que é capaz de perceber cada aluno como eles são e que cada um necessita.

No caso de deficiência visual assegure-se de que ele está familiarizado com o espaço físico, percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso, estas informações são úteis pois previnem acidentes, lesões e quedas. É importante que toda a instrução seja verbalizada, dando possibilidade para o que o aluno portador de deficiência visual entenda a atividade proposta No banheiro ou vestiário mostre-lhe onde está o vaso sanitário, o papel, a pia, etc. Cuidados especiais com os alunos de visão subnormal, com patologia de deslocamento de retina, não deverão fazer atividade física onde haja possibilidade de traumatismo na cabeça. Nesta nova situação, a Inclusão, é preciso como forma adicional, considerar as peculiaridades da população associadas às estratégias que serão utilizadas.

Com base no que foi colocado, o professor de Educação Física poderá conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha (o que já têm sido feito por ele). Existe uma infinidade de fatores que influem na aprendizagem de portadores de deficiência entre elas as características das tarefas motoras, o sujeito que aprende, aprendizagem prévia, o contexto da aprendizagem, o tipo de informação, etc. Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de Inclusão, porque o professor sabe e pode combinar

numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

4.METODOLOGIA

O presente estudo que tem como objetivo analisar a inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física, será adotado a metodologia qualitativa que, segundo Gómez, Flores e Jiménez (1996), esta coerente com esse tipo de pesquisa, pois será realizado um estudo de caso de alunos da rede publica com deficiência visual. Segundo Molina (1999), o estudo de caráter qualitativo busca investigar o contexto em que essas crianças estão inseridas, tentando interpretar o seu real significado, concebido pelos participantes da pesquisa.

De acordo com o levantamento de dados realizado na SEMED (Secretaria Municipal de Educação), as escolas do município de Ariquemes – RO possuem 45 (quarenta e cinco) alunos com Baixa Visão e 03 (três) alunos cegos que frequentam as aulas da Pré-escola até o nono ano do Ensino Fundamental. Após esse levantamento de dados os entrevistados foram escolhidos através das escolhas que mais possuem deficientes visuais, por isso foram escolhidos três escolas que possuem cada uma cinco deficientes visuais em series diferenciadas incluindo os alunos que estudam a noite também.

O estudo de caso foi realizado com o tipo de investigação, descrição, análise e interpretação das informações obtidas no processo investigação, procurando assim entender de forma contextualizada a pesquisa realizada.

A aplicação de questionários consiste na coleta de dados, onde se obtém o registro escrito dos entrevistados e constituem os dados que foram tabulados e discutidos à luz dos demais coletados através das observações e das conversas, tudo isso confrontados com as teorias pertinentes que fazem parte da pesquisa e o fenômeno investigado.

Em todos os atos da pesquisa foram feitas anotações em um diário de pesquisa, no qual a pesquisadora anotou suas impressões e observações que serão amplamente utilizadas no momento das discussões dos resultados, pois oferecerão maior precisão no rememorar das sensações e constatações.

A coleta de dados foi realizada através de um roteiro de entrevistas semiestruturadas realizadas pela pesquisadora com alunos de três escolas municipais de Ariquemes, Rondônia em aulas de conhecimento corporal. Tais atividades justificam pelo fato de os alunos deficientes visuais precisarem

perder o medo de sua deficiência, identificar suas limitações e participar de diferentes modalidades de aulas práticas.

O conteúdo desta entrevista visa analisar o que é quais as causas, quais as principais dificuldades, limitações dos alunos e, como alcançar a inclusão social dos mesmos. Foram entrevistados alunos cegos e com baixa visão sendo ao todo 15 (quinze) alunos e 04 (quatro) professores de Educação Física que atuam com esses alunos.

4.1 Cronograma de dados

Atividades	2012		
	Setembro	Outubro	
Apresentação do TCLE na escola Prof. Venancio Kottwitz	14		
Entrevista com os alunos	17		
Entrevista com o professor de Educação Física	17		
Apresentação do TCLE na escola Pingo de Gente		10	
Entrevista com os alunos		11	
Entrevista com o professor de Educação Física		11	
Apresentação do TCLE na escola Ireno Antônio Berticelli		10	
Entrevista com os alunos		16	
Entrevista com o professor de Educação Física		16	

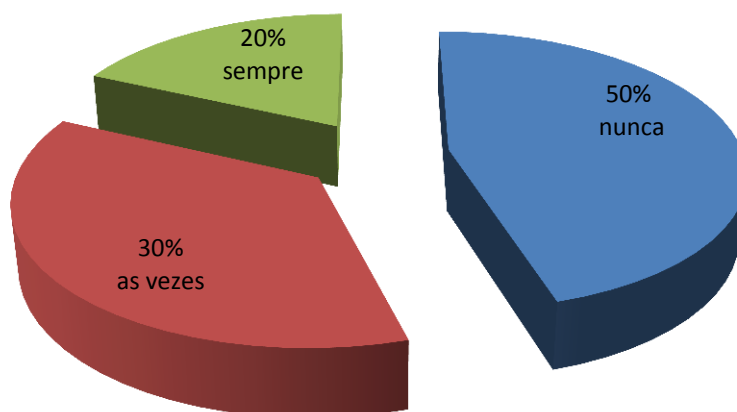
5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

5.1 Questionário aplicado aos Deficientes Visuais

As informações foram obtidas através de uma coleta de dado realizado através de uma entrevista com os alunos com deficiência visual de três escolas municipais de Ariquemes – RO.

Para cada um dos questionamentos obtidos foram feitos tabelas e gráficos com as respostas coletadas.

Gráfico I: Pratica alguma atividade física fora da Escola?



Fonte: Obtida através dos dados coletados nas escola Venâncio Kottwitz, Ireno Antônio Berticelli e Pingo de Gente do município de Ariquemes – RO.

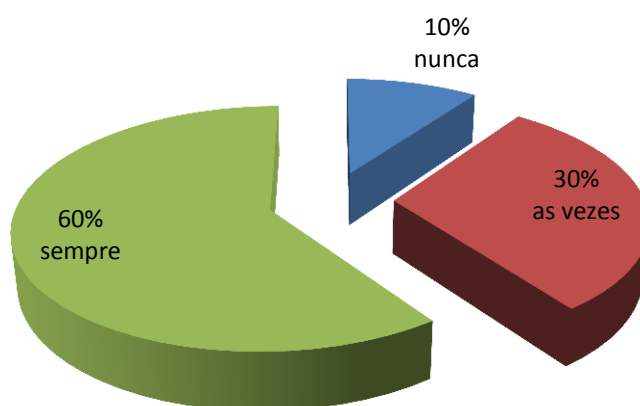
Através dos dados obtidos no quadro acima, pode-se dizer que 50% dos alunos entrevistados só praticam algum tipo de esporte dentro da escola, enquanto 30% às vezes praticam fora da escola e 20% praticam seus esportes também fora da escola onde estuda.

Segundo ROSADAS, Sidney de Carvalho (1989)⁶

⁶ **Relação da Deficiência Visual com a Prática de Atividades Físicas e Esportivas**, disponível no site <http://www.webartigos.com/artigos/relacao-da-deficiencia-visual-com-a-pratica-de-atividades-fisicas-e-esportivas/10724/> acesso dia 10 de Novembro de 2012 às 19h32min.

A atividade física para o deficiente visual deve ser baseada no processo de desenvolvimento do ser humano tendo em vista a identificação das necessidades e potencialidade de cada indivíduo, respeitando sempre o espaço físico, recursos materiais e modificações de regras.

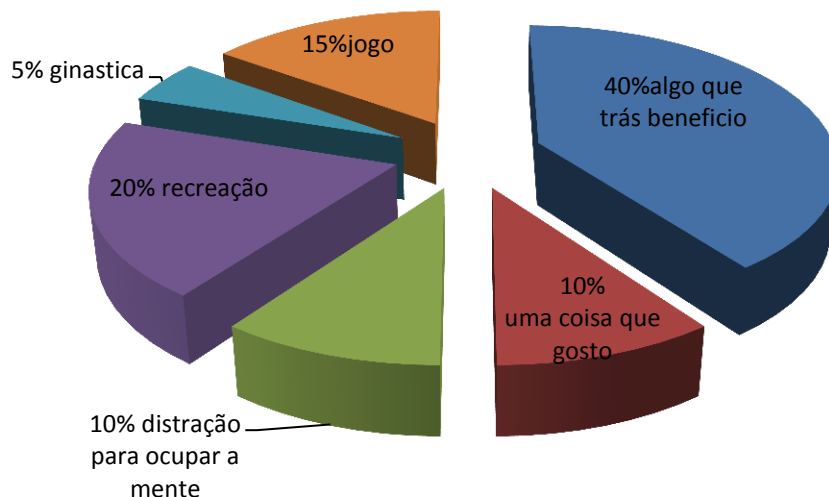
Gráfico II. Praticam algum esporte adaptado?



Fonte: Obtida através dos dados coletados nas escola Venâncio Kottwitz, Ireno Antônio Berticelli e Pingo de Gente do município de Ariquemes – RO.

Quando lhes foram perguntado sobre esportes adaptados 60% dos alunos disseram que sempre praticam os esportes proposto pela escola, 10% nunca praticam, sendo então que somente 30% fazem uso desse esporte em outros lugares.

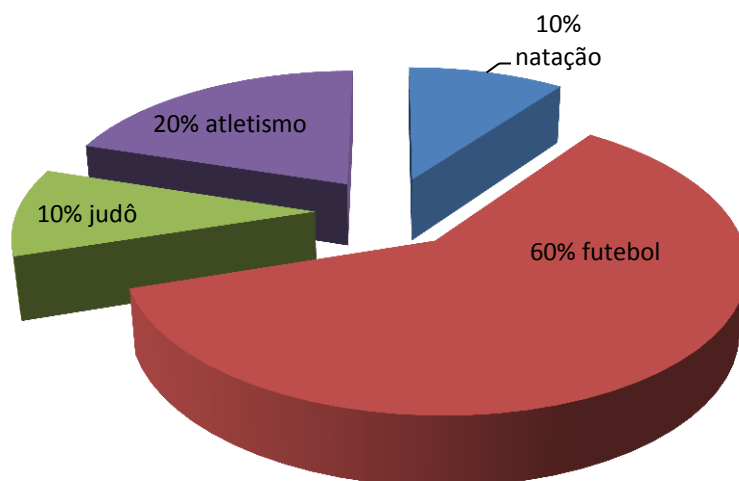
Gráfico III – O que você entende por pratica de atividade física?



Fonte: Obtida através dos dados coletados nas escola Venâncio Kottwitz, Ireno Antônio Berticelli e Pingo de Gente do município de Ariquemes – RO.

Nesta questão os alunos tiveram alguma dificuldade em responder, quando lhes foram perguntados o que eles entendem sobre atividade física, entre as opções, 40% relatam que é algo que traz beneficio; 10% que entende como uma coisa que gosta de fazer; 10% distração para ocupar a mente; 20% entende que é recreação; 05% ginastica e 15% que é algum tipo de jogo.

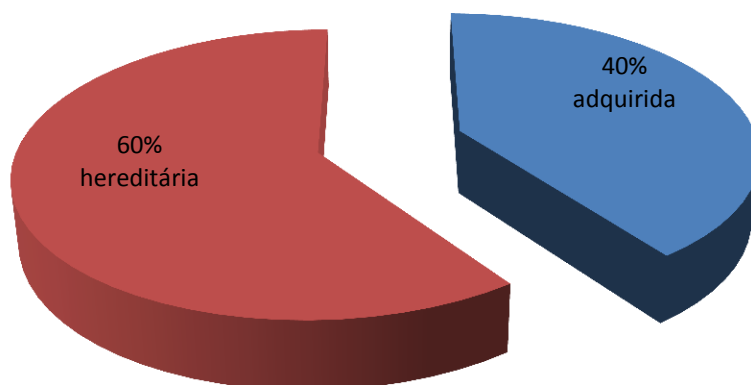
Gráfico IV: Quais as preferencias de atividades esportivas?



Fonte: Obtida através dos dados coletados nas escola Venâncio Kottwitz, Ireno Antônio Berticelli e Pingo de Gente do município de Ariquemes – RO.

Dos quatro atividades esportivas citadas apareceram as seguintes preferências: em primeiro lugar ficou o futebol com 60% da preferência; segundo lugar com 20% a atletismo; e empatados na preferência com 10% cada ficou a natação e o judô.

Gráfico V: Você sabe o que causou a sua deficiência visual, se é hereditária ou adquirida?



Fonte: Obtida através dos dados coletados nas escolas Venâncio Kottwitz, Ireno Antônio Berticelli e Pingo de Gente do município de Ariquemes – RO.

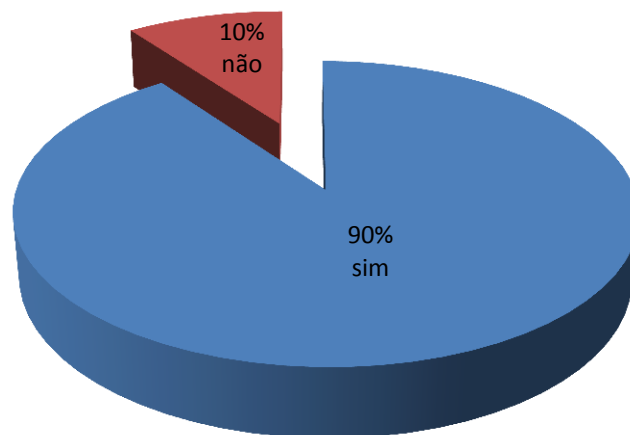
Dos entrevistados todos eles sabiam a causa de sua deficiência 60% relatam que foi adquirida a deficiência de outros familiares e 40% de maneira adquirida através de acidentes, doenças.

5.2. Questionário aplicado aos professores

Das escolas visitadas para realizar as entrevistas com os alunos que possuem deficiência visual foram realizadas também uma pesquisa com quatro (4) professores de Educação Física, nos quais dois (2) deles são formados na área e dois (2) atuam como Educador Físico, mas sem formação.

Todos os questionamentos obtidos foram tabelados e feitos gráficos com as respostas obtidas.

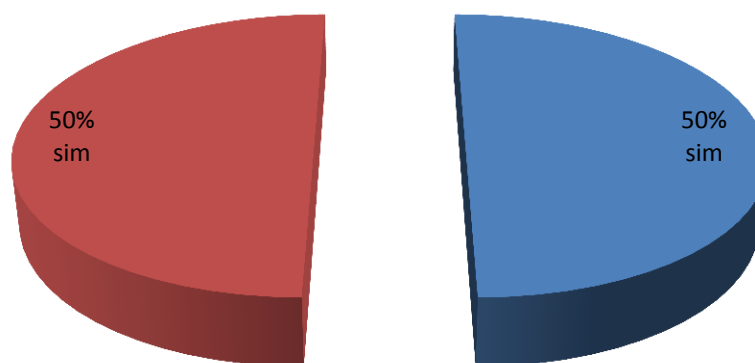
Gráfico VI: É feito o processo de inclusão adequado aos portadores de deficiência visual nas aulas de Educação Física?



Fonte: Obtida através de pesquisa realizada com professores de Educação Física

Com o questionamento acima 90% dos entrevistados disseram que fazem a inclusão adequada aos portadores de deficiência visual em suas aulas de Educação Física, e já 10% deles relatam que não fazem essa inclusão adequadamente.

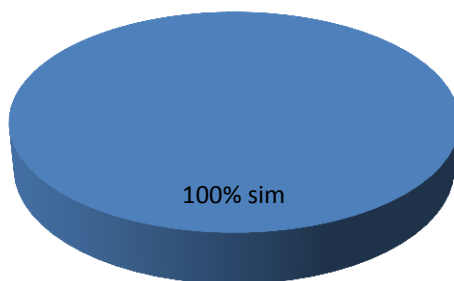
Gráfico VII: Tem materiais adequados para a prática de atividades físicas?



Fonte: Obtida através de pesquisa realizada com professores de Educação Física.

Quando questionados aos materiais apropriados 50% deles relatam que a escola possui materiais adequados, mas estão bem gastos, pois já faz muito tempo que não chega materiais esportivos, já 50% restante disseram que a escola não possui nenhum material adequado para esses alunos.

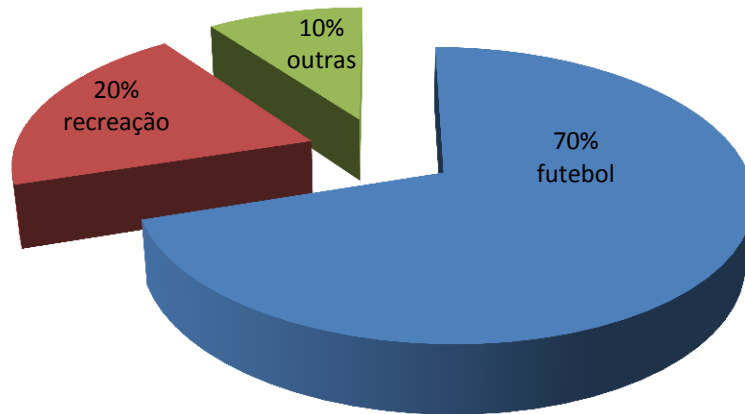
Gráfico VIII: As avaliações são diferenciadas?



Fonte: Obtida através de pesquisa realizada com professores de Educação Física.

Ao ser questionado sobre as avaliações todos relatam que as provas são diferenciadas, ou seja, com fontes maiores para maior facilitar a compreensão dos alunos com baixa visão, e já os alunos com cegueira são avaliados de forma oral.

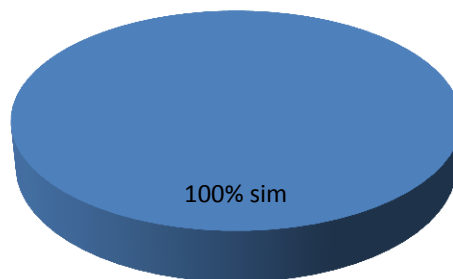
Gráfico IX: Que tipo de atividade é desenvolvido com alunos na Educação Física?



Fonte: Obtida através de pesquisa realizada com professores de Educação Física.

70% das aulas ministradas pelos professores entrevistados referentes a atividades físicas são de futebol, pois é a preferencia dos alunos, 20% são recreação e ou outros 10% são divididos em outras atividades, como vídeos, aulas em sala de aula entre outras.

Gráfico X: Dentro de sala há colaboração e participação dos alunos para colaborar com os deficientes visuais?



Fonte: Obtida através de pesquisa realizada com professores de Educação Física.

Dos entrevistados todos relatam que há 100% de colaboração em sala para aqueles que possuem deficiência visual e aos portadores de

necessidades especiais, os alunos auxiliam ate na hora do recreio esses alunos.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após as coletas de dados e realização de uma análise a pesquisadora percebe-se que quando se fala em prática de atividade física fora da escola, apenas 20% dos alunos entrevistados praticam alguma atividade física fora da instituição que estuda, o restante pratica apenas na escola, relatam que isso acontece, por falta de tempo, por não se sentir preparados para jogar fora da escola sem alguém os incentivando, pois na escola eles encontram esses incentivos.

Não se pode esquecer que muitas vezes as pessoas com necessidades especiais tem dificuldade de se enturmar fora da escola onde estuda, com medo de não ser aceitos pelas outras pessoas.

Quando se refere a algum esporte adaptados, 60% deles só o praticam dentro da escola, pois na escola sempre tem alguns materiais que lhes ajudam a praticar o esporte ali proposto. 30% dos entrevistados fazem uso desse esporte em outros lugares fora da escola, mas o que chamou a atenção foi que 10% nunca praticaram esportes adaptados.

Sabemos que esportes adaptados não acontecem muito fora das instituições, pois sempre tem que ter algum profissional qualificado para trabalhar de forma correta com esses indivíduos.

Na questão do que entendem por prática de atividade física eles tiveram um pouco de dificuldades em responder muitos pediram algum exemplo para que eles tivessem uma ideia, e entre as ideias 40% disseram que é algo que traz benefício para a saúde deles, 20% consideram atividade física como uma recreação, onde podem correr e brincar sem se preocupar com nada, 15% relatam que atividade física para eles é um tipo de jogo, sem isso não tem graça. 10% descrevem a atividade física com algo que gostam de fazer, já outros 10% é uma distração para ocupar a mente, relatam que com a mente ocupada esquecem um pouco os problemas e 5% falam que veem a atividade física como ginástica, onde movimentam o corpo em tudo que fazem.

Segundo COLBERG (2003, pa Atividade Física ajuda a ganhar músculos e a perder gordura, diminui o apetite, faz com que você coma mais sem ganhar gordura, melhora o humor, reduz o estresse e a ansiedade, aumenta o nível de

energia, melhora a imunidade, torna as articulações mais flexíveis e melhora a qualidade de vida.⁷

Os estudantes entrevistados especificaram que o futebol é uma das atividades esportivas preferidas, vindo em segundo o atletismo e a natação e judô ocuparam a terceira e quarta colocação. Percebe-se que o futebol prevaleceu por ser o esporte mais praticado nas escolas e fora dela, e ao entrevista-los a pesquisadora percebeu que eles gostariam de praticar outros tipos de esporte também, mas na maioria das vezes não tem materiais apropriados para os outros esportes.

Por ultimo ficou a deficiência física deles se elas foram adquiridas ou hereditárias, 60% dos entrevistados relatam que foi hereditária, que alguém de sua família tem essa deficiência e eles acabaram herdando isso. 40% relatam que foram adquiridas em algum acidente, tipo de doença, e alguns pela posição que lhes eram colocados no berço, fazendo forçar a vista e dando esse tipo de problema.

A pesquisadora aproveitou também para entrevistar quatro professores que trabalham com aulas de Educação Física, sendo dois formados na área e dois ainda não formados, mas trabalham com atividades físicas com alunos portadores de necessidade visuais.

Primeiro foi perguntado se é feita a inclusão desses alunos nas aulas, 90% relatam que sim, que procuram em todas as atividades incluir esses alunos nelas, fazendo já seu plano de aula focado nesses alunos. 10% relataram que tentam fazer, mas não insiste muito, se eles não quiserem, eles deixam os alunos de lado e focam-nos outros.

Quando relatado sobre materiais apropriados para que ocorra essa inclusão, metade deles disse que nas escolas que atuam tem matérias e a outra metade disse que não. Isso mostra que as instituições devem investir mais nessas coisas, começar e se preocupar com essa inclusão.

Os professores afirmam que as avaliações são diferenciadas, para os alunos de baixa visão, a fonte, a letra da prova são maiores para que facilite a leitura desses alunos, e os portadores de cegueira são realizados provas orais, para melhor facilitar para esses alunos.

⁷ O que é Atividade Física? disponível no <http://www.dicasdetreino.com.br/o-que-e-atividade-fisica/> acesso dia 20 de novembro de 2012.

Os esportes que eles mais realizam com seus alunos são o futebol, depois a recreação e às vezes algumas outras atividades. Mostrando nas respostas dos alunos o porquê da preferência pelo futebol, pois essa é umas das praticas mais realizadas pelos professores.

A pesquisadora ao perguntar aos professores se há colaboração e participação dos outros alunos na inclusão dos portadores de necessidades visuais, a resposta foi 100%, pois eles disseram que todos ajudam e facilitam essa inclusão, não havendo nenhum tipo de preconceito e exclusão.

7.CONCLUSÃO

Durante a realização dos levantamentos sobre a inclusão de deficientes visuais nas aulas de Educação Física, pode-se observar o quanto é importante essa inclusão. Nas escolas onde foram coletados os dados, encontram-se práticas de inclusão por alguns profissionais sem uma formação adequada.

A partir dos dados obtidos pode-se observar que a Educação Física Escolar constitui um fator muito importante para o exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais, contribuindo para sua interação e inclusão dentro da sociedade.

O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança com necessidades especiais na escola e na classe regular. Lembrando que essa inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

É sabedor que ainda encontramos em nossa sociedade pessoas que veem a pessoa com deficiência como alguém que lhe causam receio, que essa inclusão das quais seus filhos ditos “normais”, tem que conviver é absurdo. Sabemos que isso na maioria das vezes ocorre por falta de informação por parte dessas pessoas que por muitas vezes não dão a devida atenção aos problemas sociais.

Segundo afirma Libâneo (1998, p. 22):

Em uma sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, ele desempenhará a função de desenvolver subjetividades tais como são demandadas pelo projeto hegemônico, neste caso, o do capital.

Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os escolares que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

Na escola, os alunos com deficiências visuais leves ou moderadas podem participar de atividades físicas sem maiores problemas, porem um dos

principais obstáculos muitas vezes é a falta de materiais adequados, e algumas das vezes é a falta de preparação dos profissionais para lidar com esses alunos.

Acredita-se que as expectativas e os investimentos dos educadores devem ser os mesmos em relação a todos os educandos. Os alunos cegos e com baixa visão têm as mesmas potencialidades que os outros, pois a deficiência visual não limita a capacidade de aprender. As estratégias de aprendizagem, os procedimentos, os meios de acesso ao conhecimento e à informação, bem como os instrumentos de avaliação, devem ser adequados às condições visuais destes educandos. Neste sentido, procura-se compartilhar novos achados, indicar rumos, elucidar algumas questões, provocar novas indagações e acenar para algumas práticas possíveis em um contexto ao mesmo tempo real e idealizado. Assim, espera-se que esse trabalho colabore com aqueles que desejam contribuir para a concretização de uma escola para todos na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária.

Com tudo o objetivo deste trabalho não é encerrar aqui a discussão sobre a questão da inclusão nas aulas de Educação Física nas escolas, em especial o deficiente visual, e sim, ampliar em alguns trabalhos futuros. Como vimos, para se realizar a inclusão da pessoa com necessidade educativa especial não é somente colocá-lo numa classe regular. Na inclusão, a pessoa com necessidade educativa especial não irá adaptar-se a escola, e sim, a escola lhe trará condições pedagógicas e estruturais para que ele a frequente. Assim, para que a inclusão se concretize numa escola, deve haver uma conscientização ampla com as outras crianças, a famílias destas, e também, o conhecimento da deficiência daquela criança a ser incluída na escola, no caso, a criança cega.

8.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Graziela. **A Construção de Uma Escola Inclusiva**, disponível no site <http://www.profala.com/arteducesp103.htm> acesso dia 10 de Dezembro de 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS. Disponível em: <http://www.abdcnet.com.br>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

BETTI, M., ZULIANI, L.R. **Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. In Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes. São Paulo: 2002.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales**. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

BRANDÃO, E. C. e Outros. **Direitos e integridade humana**. Maringá: Ed. Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2002.

DUARTE, E., TOYOSHIMA LIMA, S. M. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2003.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1987.

GÓMEZ, G.R.; FLORES, J.G; JIMÉNEZ, E.G. **Metodologia de la investigación cualitativa**. Archidona: Ediciones Algibe, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 4 ed São Paulo: Atlas, 2004.

LIBÂNIO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo, Cortez, 1998.

LIMA, S.M.T.; DUARTE, E. **Educação Física e a escola inclusiva**. In.: SOBAMA.

Temas em educação física adaptada. Curitiba: UFPR, 2001.

MAURO BETTI, ZULIANI, LUIZ ROBERTO, **Educação Física Escolar: Uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, Ano 1, N.1, p.73-81, 2002. BRASIL. Ministério da Educação.

MOLINA, R.M.K. **O Enfoque teórico metodológico qualitativo e o estudo de caso**: uma reflexão introdutória, Porto Alegre: UFRGS, Sulina, 1999.

MOTA, Maria Glória Batista da (coord). **ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori_mobi.pdf. Acesso 01 de abril de 2012.

COLBERG Sheri. **Atividade Física e Diabetes**. São Paulo: Editora Manole, 2003. 306 p. **O QUE É ATIVIDADE FÍSICA?** Disponível no <http://www.dicasdetreino.com.br/o-que-e-atividade-fisica/> acesso dia 20 de novembro de 2012.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia**. In: **Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994.

Relação da Deficiência Visual com a Prática de Atividades Físicas e Esportivas, disponível no site <http://www.webartigos.com/artigos/relacao-da-deficiencia-visual-com-a-pratica-de-atividades-fisicas-e-esportivas/10724/> acesso dia 10 de Novembro de 2012 às 19h32min.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Werneck, C. (1998). **Acorda Monstro! Escritos da Criança**, (5), 107-112.
Yazlle, C. (2001).

WINNICK. J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Trad.: Fernando Augusto Lopes. São Paulo: Ed. Manole, 2004.

ANEXOS

LISTA DE APÊNDICE

Anexo A	Termo de Concordância	45
Anexo B	Termo de Concordância	46
Anexo C	Termo de Concordância	47

Anexo A – Termo de Concordância – TCLE



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: ceps@unb.br
<http://fs.unb.br/cepl/>

E.M.E.F. Professor Venâncio Kottwitz
Decreto de Criação nº 1884/93 de 24/03/93
Decreto de Denominação nº 2631/GP/98 de 13/04/98
Port. de Autorização nº 003/GAB/SEMED/2012 de 05/03/12

TERMO DE CONCORDÂNCIA

O(A) Diretora Analecia Nunes de Sousa da Escola Mun. de Em. Fund. Prof. Ven. Kottwitz está de acordo com a realização, nesta unidade escolar, da pesquisa A Inclusão das Pessoa com Deficiência Visual, de responsabilidade do pesquisador Osvaldo Homero Garcia, para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos(as) estudantes do curso a distância de Educação Física/UnB, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo envolve **realização de análise documental, observações participantes, entrevistas e questionários** com professores e estudantes da **Secretaria de Educação de Ariquemes**. Tem duração de 1 mês, com previsão de início para 08/2012.

Ariquemes, 14 1 Setembro 1 2012

Diretor/coordenador responsável:

Assinatura/carimbo


ANALECIA NUNES SOUSA
Diretora Escolar
E.M.E.F. Prof. Venâncio Kottwitz
Decreto nº

Pesquisador Responsável pela pesquisa:

Osvaldo F. Carvalho
Assinatura

Anexo B – Termo de Concordância - TCLE



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: ceps@unb.br
<http://fs.unb.br/cep/>

TERMO DE CONCORDÂNCIA

A Diretora(a) Tereza Elizete G. de Lima da E.MEIEF. Pingo de Gente está de acordo com a realização, nesta unidade escolar, da pesquisa A Inclusão de Deficientes Visuais nas Aulas de Educação Física, de responsabilidade do pesquisador Osvaldo Homero Garcia, para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos(as) estudantes do curso a distância de Educação Física/UnB, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo envolve **realização de análise documental, observações participantes, entrevistas e questionários** com professores e estudantes da **Secretaria de Educação de Ariquemes**. Tem duração de 1 mês, com previsão de início para 08/2012.

Ariquemes 10 Outubro de 2012

Diretor/coordenador responsável:

Assinatura/carimbo

Tereza Elizete G. de Lima
Vice-Diretora do Ensino de Educ. Inf. e ERS. Fund.
Pingo de Gente
Decreto 6301 - 02/01/09



Pesquisador Responsável pela pesquisa:

Luizete F. de Carvalho
Assinatura

Anexo C – Termo de Concordância – TCLE



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: cepfs@unb.br
<http://fs.unb.br/cepf/>

TERMO DE CONCORDÂNCIA

A Diretora(a) M^{te} Estelina de Castro da
E.M. E.F. Ireno Antônio Berticelli está de acordo com a
realização, nesta unidade escolar, da pesquisa A Inclusão de Deficientes Visuais nas Aulas de
Educação Física, de responsabilidade do pesquisador Osvaldo Homero Garcia, para
desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos(as) estudantes do curso a distância de
Educação Física/UnB, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da com Seres Humanos
da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo envolve **realização de análise documental, observações participantes,**
entrevistas e questionários com professores e estudantes da Secretaria de Educação de
Ariquemes. Tem duração de 1 mês, com previsão de início para 08/2012.

Ariquemes 10 Outubro de 2012

Diretor/côordenador responsável:

Maria Estelina de C. J. Ferreira
Assinatura/carimbo

Luete F. Cavalho



APÊNDICE

LISTA DE ANEXOS

Apêndice A	Questionário Aplicado aos Deficientes Visuais	50
Apêndice B	Questionário Aplicado aos Professores	51

Apêndice A – Questionário Aplicado aos Deficientes Visuais

1) Pratica alguma atividade físicas fora da Escola

() nunca () as vezes () sempre

2) Praticam algum esporte adaptados

() nunca () as vezes () sempre

3) O que você entende por pratica de atividade física

4) Quais as preferencias de atividades esportivas

5) Você sabe o que causou a sua deficiência, se é hereditária ou adquirida.

Apêndice B – Questionário aplicado aos professores

- 1) E feito o processo de inclusão adequado aos portadores de deficiências visuais
() sim () não () as vezes

- 2) Tem materiais adequados para a pratica de atividades físicas
() sim () não

- 3) As avaliações são diferenciadas
() sim () não

- 4) Que tipo de atividade é desenvolvida com os alunos na Educação Física

- 5) Dentro de sala há colaboração e participação dos alunos para colaborar com os deficientes visuais
() sim () não